



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS JAGUARÃO

CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES
Forma subsequente

Início: 2014/1

Sumário

1 - DENOMINAÇÃO.....	5
2 - VIGÊNCIA.....	5
3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	5
3.1 - Apresentação.....	5
3.2 - Justificativa.....	7
3.3 - Objetivos	11
4 - PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO.....	11
4.1 - Para alunos brasileiros.....	11
4.2 - Para alunos uruguaios	11
5 - REGIME DE MATRÍCULA	12
6 - DURAÇÃO	12
7 - TÍTULO.....	12
8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO=.....	12
8.1 - Perfil profissional	12
8.2 - Campo de atuação	13
9 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	13
9.1 - Princípios metodológicos.....	13
9.1.1 - Competência Comportamental-Atitudinal.....	14
9.1.2 - Competência Técnico-cognitiva	15
9.2 - Prática profissional.....	15
9.2.1 - Estágio profissional supervisionado	16
9.2.2 - Estágio não obrigatório.....	16
9.3 Atividades complementares	17
9.4 Trabalho de Conclusão de Curso	17
9.5 - Matriz curricular.....	17
9.6 - Matriz de disciplinas eletivas	17
9.7 - Matriz de disciplinas optativas.....	17

9.8 - Matriz de pré-requisitos.....	17
9.9 - Matriz de disciplinas equivalentes.....	17
9.10 - Matriz de componentes curriculares a distância.....	17
9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia	18
9.12 – Flexibilidade Curricular	18
9.13 – Política de Formação Integral do Aluno	18
9.14 - Políticas de apoio ao estudante	19
9.15 - Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão	20
9.16 Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante	21
9.17 – Metodologia a ser Desenvolvida no Curso	21
10 – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	23
11 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	25
11.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes.....	25
11.2 - Procedimentos de Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso.....	26
12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO.....	26
13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	27
13.1 – Pessoal Docente e Supervisão Pedagógica	27
13.2 – Pessoal Técnico-administrativo.....	30
14 – INFRAESTRUTURA	31
14.1 – Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e alunos	31
14.2 – Infraestrutura e Acessibilidade.....	31
14.3 – Infraestrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso	32
14.4 – Laboratório de Informática	32
14.5 – Biblioteca e Videoteca.....	32
14.6 – Laboratório de Ciências.....	32
14.7 – Laboratório de Solos e Materiais de Construção	32
14.8 – Pavilhão de Práticas Construtivas	32

Curso Técnico em Edificações	
Habilitação	Técnico em Edificações
Carga Horária	1500 horas
Estágio Obrigatório	Não se aplica
Eixo Tecnológico	Infraestrutura

Aspectos Legais	
Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso	Resolução n° 97/2013
Autorização do Funcionamento	Portaria n° 1230/2014
Aprovação na Câmara de Ensino	Resolução n° 30/2014

1 – DENOMINAÇÃO

Curso Técnico em Edificações, do eixo tecnológico de Infraestrutura na forma Subsequente.

2 – VIGÊNCIA

O Curso Técnico em Edificações na forma subsequente iniciou suas atividades em 2014/1. O Projeto Pedagógico do Curso passou por reavaliação, tendo em vistas as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela coordenação ao longo de sua vigência, foi remodelado, culminando em alterações passando a vigor a partir do primeiro semestre de 2023.

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade anual pela instância colegiada, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 – Apresentação

Os antecedentes do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) remontam a 1917, com a fundação da Escola de Artes e Offícios, cujas aulas começaram em 1930. A instituição passou por diversas transformações, incluindo sua denominação como Instituto Profissional Técnico em 1942 e como Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel) em 1965, destacando-se na formação de técnicos em diversas áreas industriais.

A primeira expansão ocorreu em 1996, com a criação da Unidade Descentralizada de Sapucaia do Sul, e, em 1998, a ETFPel passou a oferecer cursos superiores, transformando-se no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RS). Novos campi foram criados em Charqueadas (2006) e Passo Fundo (2007).

Com a Lei nº 11.892/2008, o IFSul foi instituído, impulsionando uma segunda fase de expansão em 2010, com os campi de Camaquã, Venâncio Aires, Bagé, Santana do Livramento e a incorporação do Campus Pelotas - Visconde da Graça. A terceira fase da expansão inclui, além da criação do Campus Jaguarão, a implantação dos Campi de Gravataí, Lajeado Sapiranga e Novo Hamburgo.

A origem do Campus Jaguarão remonta à primeira audiência pública promovida pela Prefeitura Municipal em 13 de maio de 2011, com o objetivo de trazer uma escola técnica para o município. Diversas reuniões e atividades reforçaram a mobilização da comunidade, culminando em uma nova audiência em março de 2012 e, posteriormente, no Primeiro Fórum de Educação Técnica na Fronteira, realizado em março de 2013 pela Secretaria de Educação, em parceria com o IFSul.

Esses eventos, marcados pela ampla participação de representantes das atividades econômicas locais, ocorreram na Biblioteca Pública Municipal e no Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com lotação expressiva em ambos os locais. A mobilização comunitária foi fundamental para garantir as contrapartidas municipais e refletiu o desejo coletivo de qualificar a oferta educacional pública. Paralelamente à audiência de 2011, a Prefeitura apresentou alternativas de espaços para a instalação da unidade, enquanto aguardava a sinalização positiva do Governo Federal. Quando essa confirmação veio pelo Ministério da Educação (MEC), a Prefeitura ofereceu dois imóveis: um prédio tombado pelo IPHAN, com aproximadamente 1100 m², foi disponibilizado, mas sua aceitação foi contestada devido às limitações impostas pelo tombamento e pela falta de espaço para expansão. Após novas negociações, foi formalizada, por meio da Lei Municipal N^o 5.705, de 18 de abril de 2013, a doação de um terreno de 3,2 hectares no Corredor das Tropas, garantindo as condições adequadas para o futuro crescimento do Campus Jaguarão.

O Campus Jaguarão do IFSul oferece cursos nas modalidades integrada, em Edificações e em Informática para Internet, e subsequente, em Edificações. O Curso Técnico em Edificações na modalidade subsequente, com caráter binacional, foi o primeiro implantado no campus. Ele atende à demanda regional e, de maneira mais abrangente, à do Uruguai, refletindo a realidade da fronteira entre Brasil e Uruguai. Destinado a estudantes com o ensino médio completo, o curso visa formar cidadãos e profissionais capazes de compreender o contexto histórico-social e atuar com uma sólida formação técnico-científica, visão empreendedora, criatividade e competência para acompanhar os avanços tecnológicos. Além disso, o curso valoriza a preservação das raízes culturais, essenciais para o desenvolvimento sustentável da região, com ênfase no restauro do patrimônio histórico, um elemento importante para Jaguarão e a região. Essa abordagem reforça o compromisso com a conservação das construções que representam a identidade cultural local, promovendo sua revitalização de forma integrada e sustentável.

O curso técnico em Edificações também privilegia o desenvolvimento equilibrado entre teoria e prática, formando profissionais completos e preparados para o mercado de trabalho. Organizado em torno dos eixos da Construção Civil, da Sustentabilidade, das Tecnologias Construtivas e do Restauro do Patrimônio Histórico, o curso considera as características do contexto local e binacional, atendendo às demandas da região de fronteira entre Brasil e Uruguai. A formação inclui desde a concepção e elaboração de projetos até a execução de construções com as dimensões permitidas em legislação ao técnico em edificações, preparando os alunos para lidar com as demandas práticas do setor. Esse enfoque promove uma atuação técnica qualificada, com visão empreendedora e comprometida com o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Anualmente, o curso oferece 32 vagas, distribuídas igualmente entre 16 para brasileiros e 16 para uruguayos, fortalecendo seu caráter binacional e incentivando a integração entre os dois

países.

3.2 – Justificativa

Brasil e Uruguai compartilham uma fronteira de aproximadamente 1.003 quilômetros, uma linha que é constantemente atravessada por pessoas e bens. As semelhanças geográficas, como as vastas planícies propícias à pecuária extensiva e à agricultura, especialmente de arroz e soja, favorecem a integração e o intercâmbio entre os dois países¹. O município de Jaguarão, com seus 28.482 habitantes, faz parte da microrregião de Jaguarão, que inclui também as cidades de Arroio Grande (18.979 hab.) e Herval (6.969 hab.), inseridas na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul^{2,3}. Jaguarão é o ponto de acesso mais curto entre Porto Alegre e Montevideu, estando ainda conectada à cidade de Rio Branco (14.604 hab.) pela histórica Ponte Mauá. Essas características geográficas e históricas fazem da região uma área naturalmente propensa à colaboração binacional.

A proposta pedagógica do Curso de Edificações na modalidade subsequente é fundamentada em três elementos principais: os dados macroeconômicos e sociais oriundos do estudo do arranjo produtivo local; a manifestação do interesse da comunidade de Jaguarão e da Microrregião, expressa por meio de pesquisas, audiências públicas e pela participação direta de entidades de classe e do poder público (Municípios); e, por fim, a necessidade de oferecer educação técnico-profissional na fronteira, com um caráter binacional.

Em 2016, ocorreu a formatura da primeira turma do Curso Técnico em Edificações, na modalidade subsequente, com periodicidade semestral. Desde então, mais quatro turmas foram formadas nessa modalidade. Além disso, ao longo de sua implementação, o projeto foi reavaliado de forma contínua por meio de discussões em reuniões pedagógicas com professores, equipe pedagógica e coordenação de curso, além de interações constantes com discentes e egressos. Como resultado dessa reavaliação, foi elaborada uma nova proposta com a intenção de adotar uma metodologia pedagógica integradora. Para atender à demanda gerada pela comunidade acadêmica, os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas foram ajustados para identificar pontos de interseção e promover atividades integradas. Um dos exemplos dessa integração são as aulas da disciplina de Materiais e Técnicas Construtivas, nas quais são realizados experimentos em laboratório, complementados por observações na disciplina de Práticas Construtivas, que ainda contribui para a integração entre turmas do primeiro e do segundo ano do curso.

Para reforçar a importância da implantação do curso no campus, destacam-se a seguir três aspectos principais: os dados macroeconômicos e sociais da região, a manifestação de interesse

¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e Coisas da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

² Fonte dos dados populacionais das cidades brasileiras: IBGE, estimados para 2013.

³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) do Uruguai, dados do Censo 2011.

da comunidade e a necessidade de oferecer e consolidar a oferta binacional.

Dados macroeconômicos e sociais relevantes:

A microrregião de Jaguarão é historicamente marcada pela produção agropecuária, com destaque para o cultivo de arroz e a criação de gado bovino. Mais recentemente, houve uma expansão do cultivo de soja. Contudo, essas atividades são predominantemente realizadas em latifúndios altamente mecanizados, o que resulta em uma baixa geração de empregos diretos, mesmo sendo o agro a principal fonte de riqueza da região. Especificamente em Jaguarão, a relação fronteiriça com a cidade de Rio Branco, no Uruguai, tem impulsionado o setor de serviços, especialmente ligado ao turismo comercial, atraído pelos *freeshops* presentes em ambas as cidades. Além disso, Jaguarão vem desenvolvendo importantes políticas públicas de preservação e resgate do patrimônio histórico, com o objetivo de diversificar sua oferta turística. Essas iniciativas buscam transformar o atual turismo “de passagem”, predominantemente comercial, em um fluxo mais permanente e qualificado, centrado no turismo cultural e histórico. Nesse contexto, a área de edificações ganha especial relevância. A revitalização do patrimônio histórico demanda profissionais capacitados para atuar em projetos de restauração e preservação, garantindo a integridade das construções e potencializando o desenvolvimento do turismo cultural. Além disso, a expansão do setor de serviços e as necessidades habitacionais da região reforçam a demanda por técnicos qualificados em edificações, capazes de atender às especificidades locais e contribuir para um desenvolvimento sustentável e integrado.

Manifestação do interesse da comunidade:

O interesse pela implantação do curso técnico em Jaguarão, como já mencionado, foi manifestado desde 2011, durante audiências públicas e fóruns que discutiram a criação de uma escola técnica na cidade. Com a confirmação da instalação de um Campus, no contexto da Fase III da Expansão do IFSul, a instituição adotou a metodologia desenvolvida pela Comissão da Expansão Fase III, criada especificamente para coordenar a implantação dos novos campus. Por meio de audiências públicas e fóruns, a comunidade local e diversas instituições manifestaram amplo apoio à criação da escola técnica, reforçando a importância de atender às demandas regionais. Desde o início, o Eixo de Infraestrutura foi identificado como uma prioridade, com destaque para o Curso Técnico em Edificações. A proposta enfatizou a necessidade de formar profissionais qualificados em edificações, preparados para atuar em diferentes áreas do setor, como planejamento, projeto, execução e gerenciamento de obras, além de atender às especificidades da

região fronteira entre Brasil e Uruguai. O curso foi estruturado para proporcionar uma formação sólida, capacitando técnicos capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, a modernização da infraestrutura local e a valorização do ambiente construído. Adicionalmente, a proposta apresentou condições fundamentais: a binacionalidade do curso, atendendo tanto brasileiros quanto uruguaios, e a inclusão de conteúdos relacionados ao restauro. Esses elementos visam formar profissionais capacitados para atuar, também, com as demandas específicas do patrimônio histórico de Jaguarão, contribuindo para sua preservação e valorização.

A necessidade da oferta binacional:

A ideia de fronteira que nos orienta neste projeto extrapola as definições tradicionais de fronteira que nos limita ao aspecto geográfico, físico e econômico, alcançando também as representações culturais, que, por sua vez, “remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias”⁴. Assim como as fronteiras determinam limites e constituem linha demarcatória e, portanto, efetivamente divisória, a fronteira é “ambivalente porque comporta dois estados de ser, e ambíguo porque traz consigo uma promessa de superação no tempo, na possibilidade de ser um outro, um terceiro”⁵. Em definitivo as fronteiras também constituem um elo cultural que na sua particularidade híbrida tende a constituir uma própria identidade fronteira.

É esta particularidade fronteira que precisamente pretende ser atendida pela oferta de cursos binacionais. Os mesmos vêm sendo construídos em parceria entre Brasil e Uruguai há algum tempo e têm incumbido ao IFSul e ao Consejo de Educación Técnica y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP/UTU) serem pioneiros com a oferta de cursos binacionais nas cidades-irmãs de Santana do Livramento e Rivera, ampliando estas ofertas para as cidades de Jaguarão e Rio Branco.

Tal parceria tem como base legal os seguintes acordos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai:

- 1) Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 12 de junho de 1975;
- 2) Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Uruguaios e Brasileiros, subscrito em 21 de agosto de 2002;

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. (org.) Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p.36.

⁵ Ibidem, p.37

3) Acordo para criação de “Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para a Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços”, firmado em 01 de abril de 2005;

Vale destacar que a implementação dos cursos binacionais tem sido um tema constante nas Reuniões de Alto Nível (RAN), cuja nona edição ocorreu no início de novembro de 2013, em Montevideu. Além disso, o assunto é regularmente discutido nas reuniões periódicas do Comitê Gestor Binacional, que reúne o reitor e os diretores de campus binacionais do IFSul, juntamente com autoridades uruguaias vinculadas ao ensino.

Considerando esses acordos e os esforços constantes de cooperação, em 20 de outubro de 2010, as instituições IFSul e CETP-UTU concordaram em promover a criação de Cursos Binacionais em Região de Fronteira. As áreas técnicas atendidas seriam as de indústria, agroindústria, infraestrutura, administração e serviços, dentre outros, tentando em todos os casos explorar, numa proposta de complementaridade, as potencialidades e diferenciais da oferta educativa de ambas as instituições.

No marco dos três tópicos desenvolvidos até aqui na justificativa, o Curso Técnico em Edificações vem suprir uma necessidade crescente de pessoal qualificado na área da Construção Civil. O curso proposto formará técnicos cujo certificado binacional será cancelado por instituições amplamente reconhecidas em ambos os países. Em decorrência disso, poderão desempenhar sua profissão tanto nas cidades diretamente implicadas no projeto, como no interior de ambos os países.

Para concluir, podemos afirmar, por um lado, que a oferta do Curso Técnico em Edificações na forma Subsequente e em caráter binacional, na cidade de Jaguarão, responde a uma necessidade historicamente postergada de oferta de cursos técnicos de qualidade e que atendam às especificidades das regiões de fronteira, atendendo a fluidez deste âmbito no que concerne ao mundo do trabalho, onde já no seu cotidiano, os cidadãos de ambos os países transitam e trabalham a um e outro lado sem, na maioria dos casos, possuírem uma habilitação que lhes reconheça uma formação no país vizinho. Por outro lado, a oferta de um curso binacional no Eixo Tecnológico de Infraestrutura e, mais particularmente, Edificações, atende à perspectiva de uma crescente demanda desta formação para responder a um desenvolvimento econômico diversificado e sustentado na região, contribuindo com um técnico com formação sólida e abrangente, capaz de se adaptar às novas tecnologias sem esquecer-se do contexto histórico-cultural em que está inserido. Um técnico que tenha capacidade empreendedora, mas, que por sua vez seja apto a trabalhar em equipe, tanto no canteiro de obras, como num escritório da construção civil, com consciência social e ambiental.

3.3 – Objetivos

O objetivo principal do curso é oferecer uma formação profissional crítica e contextualizada, capacitando o Técnico em Edificações para atuar na área da construção civil e atender às demandas do desenvolvimento do Brasil e do Uruguai. Assim, aspira-se formar profissionais qualificados para desempenhar suas funções em ambos os países – seja em empresas públicas ou privadas de construção civil, escritórios de projetos, canteiros de obras, indústrias do setor ou de forma autônoma.

De forma mais específica, o técnico formado estará habilitado para:

- Elaborar projetos, orçamentos e levantamentos de materiais para estimativas de custo;
- Atuar em laboratórios de materiais de construção e solos;
- Realizar levantamentos topográficos;
- Planejar e executar obras de construção civil;
- Coordenar equipes de trabalho, incluindo seleção e treinamento de pessoal;
- Estabelecer interfaces entre áreas técnicas e administrativas de construtoras;
- Contribuir em obras de preservação e recuperação patrimonial;

Além disso, o curso busca desenvolver autonomia e capacidade empreendedora, promovendo uma atuação profissional que, em qualquer circunstância, vise à melhoria das condições de vida da sociedade de maneira sustentável.

4 – PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar no Curso Técnico em Edificações, os candidatos deverão ter concluído o Ensino Médio ou equivalente no Brasil, ou o 6º ano da Educação Secundária no Uruguai.

4.1 – Para alunos brasileiros

O processo seletivo para ingresso de brasileiros no curso será regulamentado em edital específico.

4.2 – Para alunos uruguaios

O ingresso de alunos uruguaios se dará conforme a regulamentação do CETP-UTU e em consonância com o Art. VIII do Acordo Binacional para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais de Fronteira.

5 – REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Seriado
Turno de Oferta	Noite
Número de Vagas	32 vagas (16 alunos uruguaios e 16 brasileiros)
Regime de Ingresso	Anual

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	2 anos
Prazo máximo de integralização	4 anos
Carga horária em disciplinas obrigatórias	1500 h
Carga horária em disciplinas eletivas	Não previsto
Estágio Profissional Supervisionado	Não previsto
Atividades Complementares	Não previsto
Trabalho de Conclusão de Curso	Não previsto
Carga Horária Total Mínima do Curso	1500 h
Carga Horária Total do Curso	1500 h
Optativas	Não previsto

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso binacional, o aluno receberá o diploma de **Técnico em Edificações** e CETP-UTU, de **Técnico Constructor de Obra Civil**.

8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO=

8.1 – Perfil profissional

O egresso do Curso Técnico em Edificações deverá ser capaz de utilizar os conhecimentos da formação técnica – baseados nos princípios de humanismo, solidariedade, criticismo, criatividade e ética – na resolução de situações no exercício da profissão. A atuação se dará nas áreas de planejamento e execução de projetos de edificações, estruturas, instalações elétricas e hidrossanitárias de até 80 m², usando meios físicos ou digitais. Faz parte da atuação também a elaboração de orçamentos de obras e serviços, o planejamento da execução dos serviços de construção e manutenção predial, a execução de obras e serviços de construção e manutenção predial, a execução de ensaios de materiais de construção, solos e controle tecnológico, a condução de planos de qualidade da construção e assistência técnica para o comércio, manutenção e

utilização de equipamentos especializados da área, com ênfase em obras de preservação e recuperação patrimonial onde será capaz de analisar, diagnosticar e intervir de maneira adequada em edificações históricas, considerando as técnicas e materiais tradicionais sem deixar de buscar soluções inovadoras e adequadas à realidade do mercado.

8.2 – Campo de atuação

Com relação ao campo de atuação, o egresso do curso poderá atuar no Brasil e no Uruguai, em empresas públicas e privadas de construção civil, em escritórios de projetos e de construção civil, em canteiros de obras, em empresas de materiais de construção, além de estar capacitado para atuar como prestador autônomo de serviços ou empreendedor na área, conforme a legislação nacional pertinente.

9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 - Princípios metodológicos

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso Técnico em Edificações contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos Técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mercado de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem:

- Atividades integradoras, como projetos, práticas e outras atividades que promovam o diálogo entre diferentes componentes curriculares e envolvam ensino, pesquisa e extensão;
- Pesquisa como princípio educativo;
- Aulas práticas;
- Atividades experimentais;
- Visitas técnicas e vivências profissionais que propiciem a contextualização de situações

práticas;

- Projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Eventos culturais e de divulgação científica;
- Horários de atendimento com os professores;
- Monitorias;
- Oficinas de aprendizado;
- Metodologias adequadas ao nível, etapa, modalidade e forma de ensino;
- Atendimento biopsicossocial e pedagógico;
- Diálogo entre a escola, família e comunidade;
- Demais ações que venham a contribuir para a formação integral dos estudantes e o fortalecimento do currículo integrado.

9.1.1 – Competência Comportamental-Atitudinal

O Técnico com certificação binacional em Edificações é o profissional que possui competência para:

- Usar diferentes possibilidades de aprendizagem mediada por tecnologias no contexto processo produtivo e da sociedade do conhecimento, desenvolvendo e aprimorando autonomia intelectual, pensamento crítico, espírito investigativo e criativo;
- Compreender seu papel num quadro de formação/aprendizagem permanente e de contínua superação das competências pessoais e profissionais adquiridas, reconhecendo a complexidade e a mudança como características de vida;
- Possuir flexibilidade e predisposição para a aprendizagem social, histórica, cultural, política e/ou emocional;
- Possuir visão contextualizada de sua profissão em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- Entender e valorizar a leitura como objeto cultural que promove a inserção no mundo do trabalho.
- Valorizar e respeitar as variações linguísticas compreendendo-as na dimensão histórico-cultural;
- Valorizar a língua como marca identitária dos sujeitos e como objeto que possibilita a interação dos indivíduos nas organizações;
- Possuir visão crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade; compreender os processos técnicos, históricos e estéticos relacionados ao patrimônio cultural; mobilizar eficazmente recursos e saberes, no sentido de atender a objetivos coletivos, profissionais e pessoais, mesmo em contextos de incertezas;
- Ser inovador e eficiente na solução dos problemas.

- Atuar social e profissionalmente de forma ética e cooperativa em equipes multidisciplinares; atuar de forma a melhorar as condições de trabalho dos usuários, preservando o meio ambiente;

- Defender a flexibilidade das atividades como alternativa perante as vulnerabilidades da sociedade e do mercado;

- Possuir consciência da necessidade de estar sempre tecnologicamente atualizado com as mudanças da sua profissão;

- Demonstrar capacidade de organização, liderança, facilidade e clareza de comunicação, iniciativa com ética na tomada de decisão.

- Desenvolver o senso crítico referente às teorias e técnicas de restauro.

9.1.2 – Competência Técnico-cognitiva

- Executar trabalhos e serviços técnicos na área da construção civil de forma autônoma ou sob supervisão de profissionais de nível superior no marco das suas competências definidas por leis e resoluções.

- Utilizar equipamentos, instalações e materiais aplicados à construção civil;

- Aplicar as normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;

- Conduzir equipes de execução, instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção em trabalhos técnicos na construção civil;

- Treinar equipes de execução de obras e serviços técnicos;

- Fiscalizar a execução de serviços e atividades de sua competência;

- Executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

- Executar serviços de manutenção e instalação de equipamentos;

- Prestar assistência técnica, ao nível de sua habilitação, na compra e venda de equipamentos e materiais; elaborar orçamentos relativos às atividades de sua competência;

- Executar desenho técnico;

- Reconhecer processos construtivos tradicionais e utilizar técnicas e materiais compatíveis com os mesmos.

9.2 - Prática profissional

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os

fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais.

Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviços da reflexão e resignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao trabalho o status de principal princípio educativo, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Técnico em Edificações assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Assim sendo, articula-se de forma indissociável à teoria, integrando as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Técnico em Edificações traduz-se curricularmente por meio de aulas práticas, estudos de caso, visitas técnicas, realização de projetos e atividades integradoras que proporcionam a articulação entre teoria e prática, estimulando a pesquisa como princípio educativo e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os alunos também poderão realizar Estágio não obrigatório, complementando sua formação e serão estimulados a participar de eventos científicos, projetos, oficinas e outras atividades complementares.

9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

Considerando a natureza tecnológica e o perfil profissional projetado, o Curso Técnico em Edificações não oferta estágio Profissional supervisionado, assegurando, no entanto, a prática profissional intrínseca ao currículo desenvolvida nos ambientes de aprendizagem.

9.2.2 - Estágio não obrigatório

No Curso Técnico em Edificações prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

O estágio deverá ser orientado por um professor da área e submetido a coordenação de curso previamente para análise das atribuições do estagiário, verificando a pertinência para a formação do educando e se o educando já cumpriu as disciplinas que são pré-requisitos para a atribuição que irá desempenhar no estágio.

Após conclusão o estudante deverá entregar o relatório do estágio ao setor responsável que encaminhará o mesmo para a coordenação de curso, que avaliará o relatório para validação desta

atividade formativa opcional.

9.3 Atividades complementares

O Curso Técnico em Edificações não prevê atividades complementares.

9.4 Trabalho de Conclusão de Curso

Será considerado como trabalho de conclusão do curso o trabalho da disciplina Projeto Final de Avaliação.

9.5 - Matriz curricular

Vide anexo.

9.6 - Matriz de disciplinas eletivas

Não previsto.

9.7 - Matriz de disciplinas optativas

Não previsto.

9.8 - Matriz de pré-requisitos

Não previsto.

9.9 - Matriz de disciplinas equivalentes

Vide anexo.

9.10 - Matriz de componentes curriculares a distância

Com o objetivo de dinamizar os processos de aprendizagem em relação a determinados programas, o colegiado do curso poderá incluir componentes curriculares a distância. Esses componentes estão previstos no Projeto Pedagógico do Curso. A adoção de componentes curriculares a distância será definida e avaliada pelo colegiado, e, após a aprovação desta instância, será incorporada à matriz curricular, sendo encaminhada às demais instâncias institucionais. A inclusão dos componentes a distância seguirá o Plano de Ensino e o Guia Didático da disciplina,

que serão divulgados aos estudantes no início do período letivo. A carga horária a distância não poderá ultrapassar 20% da carga total da disciplina e, para ser adotada, deverá estar claramente prevista no edital de ingresso do aluno, especificando as disciplinas que poderão ser cursadas na modalidade e o percentual máximo permitido.

9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Vide anexo.

9.12 – Flexibilidade Curricular

O Curso Técnico em Edificações, na modalidade subsequente, adota o princípio da flexibilização, conforme a legislação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturando o currículo como um conjunto de experiências formativas que abrangem trajetórias diversificadas e personalizadas. Além do currículo previsto, o curso oferece atividades complementares, disciplinas eletivas, programas de extensão, participação em eventos e outras iniciativas que promovem o desenvolvimento das habilidades científicas e a sensibilidade às questões sociais. Essas experiências visam envolver os estudantes com temas contemporâneos, enriquecendo sua formação cultural e técnico-científica. A flexibilidade curricular também é assegurada pela constante articulação entre teoria e prática e pela integração de diferentes áreas do conhecimento, refletindo as mudanças nos contextos científicos, culturais e profissionais.

9.13 – Política de Formação Integral do Aluno

Partindo do pressuposto de que a educação é um processo integral, compreende-se que ela deva aliar formação técnica e humana, potencializando a atuação ética e cidadã na vida e no mundo do trabalho

Assim, o currículo e as práticas pedagógicas traduzem essa intenção, de forma que as diferentes disciplinas propiciem o desenvolvimento do raciocínio lógico, da comunicação e da expressão, do empreendedorismo, do trabalho em equipe. Para tanto, ganham destaque ações que privilegiem: - A interdisciplinaridade, com a constante busca de momentos de reflexão sobre os conhecimentos a serem trabalhados em cada disciplina e a possibilidade de inter-relação com as demais disciplinas, visando que o aluno, consiga compreender o todo e não fragmentos atrelados a disciplina individualmente, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

Baseada nessas concepções, a proposta do processo educativo do Campus visa acompanhar e promover o desenvolvimento das habilidades de aprender a aprender, de aprender a fazer, de aprender a conviver e de aprender a ser, orientadas por critérios éticos, comprometidos com a vida. Busca-se, além disso, o aprimoramento das qualidades pessoais de cada educando, fomentando

suas potencialidades intelectuais, afetivas e psicossociais. Todos esses intentos envolvem a capacidade de analisar, avaliar, planejar, decidir, expor e defender ideias e de agir como sujeitos históricos e atores sociais que somos, fazendo acontecer a história e mudando o seu rumo, se necessário.

Considerando a diversidade das áreas do conhecimento, são priorizadas práticas que estimulem a percepção de cada aluno, o raciocínio lógico e a criatividade. Através de atividades relacionadas à área de Edificações, aprimora-se a competência de saber onde e como buscar as informações necessárias para desenvolvimento de tarefas, além de analisar exemplos e aprimorá-los para utilização.

Os trabalhos em grupo recebem destaque, sendo propostos no decorrer do curso, com vistas ao exercício de divisão de tarefas e de responsabilidades e ao desenvolvimento de lideranças, enfatizando-se que o sucesso coletivo depende do empenho de todos para sua realização. Além de envolver esses conceitos, trabalhar em equipe promove aprendizagens para a vida em sociedade, já que compreende a ética, a interação com o meio, o respeito a hierarquias, a construção de objetivos comuns, o alcance de metas e o cumprimento de prazos para alcance do sucesso.

9.14 - Políticas de apoio ao estudante

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Aulas de reforço (Horários de atendimento);
- Oficinas especiais para complementação de estudos (como o projeto matemática básica e as oficinas de aprendizados);

- Monitorias;
- Serviço de apoio pedagógico e educacional;
- Serviço de atendimento educacional especializado;
- Serviço de assistência estudantil;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados ao curso e a formação geral;
- Apoio à participação em eventos como feiras de ciências e atividades culturais;
- Incentivo à realização de eventos e atividades culturais.

9.15 - Formas de implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão

Serão incentivados, no curso de Edificações, espaços de discussão sobre quais conhecimentos e com que perspectivas poderiam vir a ser proporcionadas possibilidades dos sujeitos agirem de forma responsável e interferirem solidariamente no seu contexto histórico e social.

Além disso, serão desenvolvidas atividades que promovam a problematização das questões de forma contextualizada, sempre que possível proporcionando situações concretas, seja por meio de estudos de caso, experimentos, ou por visitas técnicas e vivências que permitam que os estudantes conheçam os problemas *in loco*.

Buscando assim provocar, no estudante, atitudes que despertem a curiosidade acerca do conhecimento e da sociedade para que possam formular questões de investigação no campo mais formal que comporá a pesquisa acadêmica.

Portanto, serão integrados: ensino, pesquisa, e relações comunitárias, os quais deverão ser planejados, executados, acompanhados e avaliados para que se mantenham constantemente inteirados com a sociedade em geral, e, em particular, com o mundo do trabalho.

- Visitas técnicas para que os alunos relacionem os conteúdos com a realidade, observando as atividades profissionais, reconhecendo os problemas ambientais de sua região e vivenciando as práticas da sua área profissional.

- Incentivo às atividades de pesquisa e extensão relacionadas à realidade regional.

- Realização de convênios promovendo a integração entre empresa e escola.

Além disso, os professores podem submeter projetos de ensino, pesquisa e extensão à editais de fomento, tanto do IFSUL como de agências de fomento, ampliando as oportunidades de iniciação científica aos estudantes por meio de concessões de estágios.

9.16 Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - Necessidades Específicas - entendidas como necessidades que se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento e/ou transtorno do espectro autista, transtornos neurológicos e outros transtornos de aprendizagem, sendo o Núcleo de Apoio às Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador dessas ações, juntamente com Equipe pedagógica (pedagogo área, Supervisão e orientação, professor de Atendimento Educacional Especializado (educador especial), coordenadoria do Curso e equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, enfermagem, médico ou área da saúde e outros profissionais que estejam envolvidos no acompanhamento do estudante).

II – Gênero e diversidade sexual: promoção dos direitos da mulher e de todo um elenco que compõe o universo da diversidade sexual para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NUGEDS.

III – Diversidade étnico-racial: voltada aos estudos e ações sobre as questões étnico-raciais em apoio ao ensino, pesquisa e extensão, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003, e das questões Indígenas, na Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas. Tendo como articulador dessas ações o Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o Curso considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer 02/2013 que trata da Terminalidade Específica, no parecer CNE/CEB nº 5 de 2019, que trata da Certificação Diferenciada e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes. Prevê a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade curricular que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, dos objetivos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da Certificação Diferenciada e /ou Terminalidade Específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com este projeto pedagógico de curso (PPC), respeitada a frequência obrigatória.

Garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação e uma matriz curricular compreendida como propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Acessibilidade curricular e adaptações razoáveis para estudantes com necessidades específicas

- Abordagem inclusiva que considere o conceito ampliado de acessibilidade, alinhada à legislação e aos documentos institucionais vigentes;

- Utilização da Resolução CONSUP/IFSUL nº 366 de 11 de dezembro de 2023 que aprova o Regulamento dos Processos Inclusivos para Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas no âmbito do IFSul, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

- Necessidade de acompanhamento e realização de Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com necessidades específicas, garantindo adequações no planejamento, acompanhamento e avaliação proporcionando o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão.

9.17 – Metodologia a ser Desenvolvida no Curso

O foco do corpo docente do curso técnico binacional em Edificações está na aprendizagem pelo estudante e não na mera exposição de conteúdos pelo professor. Neste sentido, o estudante conta com um conjunto de elementos de apoio à aprendizagem, entre os quais se destacam o

professor, os períodos de monitoria das disciplinas, as disciplinas que desenvolvem atividades práticas, a biblioteca, os laboratórios, as oficinas etc.

Com o objetivo de aproximar o aluno ao mundo do trabalho e aprimorar a aprendizagem da prática profissional, o professor deverá propor visitas técnicas a indústrias de materiais de construção e a canteiros de obras. Estas atividades deverão estar previstas no Plano de Ensino da disciplina, e divulgadas aos alunos no início do período letivo.

Com a integração das disciplinas, nas suas variadas áreas, comunicativas entre si, o aluno poderá utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para compreender o conteúdo sob diferentes pontos de vista, o que levará as disciplinas a terem a atuação simultânea de mais de um professor na sala de aula. As disciplinas de caráter técnico prático, para êxito no processo de ensino-aprendizagem, onde os componentes curriculares, por parte discente demandam maior tempo e atenção, poderão ser divididas, de acordo com as possibilidades de carga horária docente.

O curso possui a peculiar característica de ser binacional, reunindo alunos brasileiros e uruguaios numa mesma sala de aula e ao final conferindo um certificado reconhecido em ambos os países, Brasil e Uruguai. Sendo assim, compõe o currículo a Disciplina de Comunicação e Expressão em Espanhol e Português onde o professor com formação Português/Espanhol, desenvolverá atividades nas duas línguas, com objetivo de desenvolver a proficiência dos alunos nos dois idiomas e ampliar as possibilidades de discussão e reflexão nos dois idiomas.

Considerando-se as particularidades do curso binacional no referente à língua materna diversa e à necessidade de uma ampliação das perspectivas profissionais do egresso, procurou-se potencializar o tempo disponível para a aquisição da Língua Adicional (LA) através da oferta da Disciplina de Comunicação e Expressão em Espanhol e Português.

Ponderando que coexistem na mesma turma estudantes de ambas nacionalidades, será oportunizada a possibilidade de separar a turma para que sejam trabalhados os conteúdos definidos na ementa em cada língua, numa perspectiva tanto instrumental como comunicativa, ficando a critério dos docentes envolvidos em que momento do curso será feita a separação e em que momento serão desenvolvidos trabalhos em forma conjunta.

10 – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Atendendo ao que dispõe o Art. 41 da LDB 9.394/96 e os Art. 35 e 36 da Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos

em outros Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

- Em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

- Em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;

- Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, ou cursos em geral, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Campus.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul.

11 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

11.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes

Concebe-se a avaliação como mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las. Ela deve ser contínua, formativa e personalizada, contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos estudantes, e estimulá-los a continuar a aprender.

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de diagnosticar necessidades dos educandos e do processo educativo e buscar alternativas para a superação dessas dificuldades, visando identificar potencialidades e limites educativos promovendo a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Técnico em Edificações, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, pela análise de trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina. Cada período letivo será composto por duas etapas de avaliação. Será adotado valor numérico como forma de expressar o resultado do processo avaliativo, com intervalos de $\frac{1}{2}$, com arredondamento sempre para o valor superior.

A sistematização do processo avaliativo será em acordo com a Organização Didática do Instituto.

Sistema de Registro da Avaliação		
<input checked="" type="checkbox"/> Nota	<input type="checkbox"/> Conceito	
Nº de etapas: <input type="checkbox"/> única <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4	Número de escalas:	
Arredondamento () 0,1 (x) 0,5	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 4
	A: aprovado; NA: não aprovado	A, B, C: aprovado; D: não aprovado

11.2 - Procedimentos de Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pela coordenadoria de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa capitaneada pela Coordenadoria, o Curso Técnico em Edificações levanta dados sobre a realidade curricular por meio de sugestões dos alunos informadas: nos relatórios de estágio não obrigatório, conselhos de classe, debates com professores, reuniões semestrais com a coordenação de curso, reuniões com a direção e pesquisa institucional, na qual questionários são aplicados aos alunos e aos egressos. Também são analisados dados sobre retenção e reprovação, registros de atendimentos individuais aos alunos, informações sobre as atividades econômicas desenvolvidas na região, consulta de documentos, como o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Código Brasileiro de Ocupações e sugestões do grupo de estudos sobre ensino médio integrado.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

12 – FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores e opcional para os demais, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;

- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;

- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;

- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;

- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);

- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior).

A coordenação de curso, eleita pelos servidores(as) técnico administrativos e docentes, bem como pelos discentes e, de acordo com o Regulamento do Campus, irá presidir comissão de avaliação do curso composta pelos docentes da área técnica e no mínimo um docente de cada área da formação básica, a comissão irá observar os dados levantados, dialogar com os professores das disciplinas, dialogar com os estudantes do ano letivo em que a disciplina é oferecida e construir propostas. As propostas deverão ser avaliadas pela área do conhecimento, professor da disciplina e coordenação de curso e encaminhadas ao chefe de ensino do Campus que submeterá as alterações à Pró-reitoria de ensino para revisão e encaminhamento ao Colégio de dirigentes, Conselho superior e Câmara de Ensino para aprovação.

13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

13.1 – Pessoal Docente e Supervisão Pedagógica

Nome	Disciplinas que leciona	Graduação/Universidade:	Regime de Trabalho:
Albeneir Machado Ribeiro	Topografia; Projeto e Práticas Elétricas; Projeto Final de Avaliação.	Graduação: Engenharia Civil (UCPEL) Pós-graduação: Especialização em Engenharia de Avaliações e Perícias (Unyleya)	40h DE
Ana Paula Sturbelle Schiller	Análise Estrutural I; Análise Estrutural II; Práticas Construtivas; Projeto Final de Avaliação	Graduação: Engenharia Civil (UCPEL) Pós-graduação: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL)	40h DE
Átila Martins Gomes	Práticas construtivas; Projeto e práticas	Graduação: Engenharia Civil (UFPEL)	40h DE

	hidrossanitárias; Gestão Humana e Segurança do Trabalho; Projeto Final de Avaliação.	Pós-graduação: Mestrado em Ciências Ambientais (UFPEL)	
Claudia Anahí Aguilera Larrosa	Introdução a Construção Civil, Projeto e Legislação; Teoria e Práticas em Restauro; Projeto Final de Avaliação.	Graduação: Arquitetura e Urbanismo (UFPEL) Pós-graduação: Mestrado em Engenharia Ambiental (UFSC)	40h DE
Cátia Simone de Cardozo Xavier	Supervisão Pedagógica	Graduação: Licenciatura em Pedagogia (UFPEL). Pós-Graduação: Especialização – Educação (UFPEL).	40h
Cristina Zaniol	Ciências Naturais e Exatas Aplicadas	Graduação: Bacharelado e Licenciatura em Matemática (UFRGS) Pós-Graduação: Doutorado em Matemática Aplicada (UFRGS)	40h DE
Danilo dos Santos Telechi	Materiais e Técnicas Construtivas I; Materiais e Técnicas Construtivas II; Mecânica dos Solos e Fundações; Gerenciamento e Orçamento; Projeto Final de Avaliação.	Graduação: Engenharia Civil (UFRGS) Pós-graduação: Mestrado em Educação e Tecnologia (IFSUL)	40h DE
Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal	Comunicação e Expressão em Espanhol e Português	Graduação: Licenciatura em Letras Espanhol (UFRGS). Pós-Graduação: Mestrado – Literatura Comparada (UFRGS)	40h DE
Felix Krolow Sell Júnior	Práticas Construtivas; Análise Estrutural I;	Graduação: Engenharia Civil (Unisc)	Substituto

	Análise Estrutural II; Projeto Final de Avaliação.	Pós-Graduação: Doutorado - Ciência e Engenharia dos Materiais (UPFeI)	
Francielli Priebbernow Pinz	Informática Básica; Desenho Técnico; Projeto Final de Avaliação.	Graduação: Arquitetura e Urbanismo (UFPEL) Pós-graduação: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL)	40h DE
Gabriel Martins da Silva	Informática Básica; Projeto e práticas hidrossanitárias; Gestão Humana e Segurança do Trabalho; Projeto Final de Avaliação.	Graduação: Arquitetura e Urbanismo (UFPeI)	Substituto
Ivan Fabricio Braum Einhardt	Ciências Naturais e Exatas Aplicadas	Graduação: Licenciatura em Matemática (UFPEL) Pós-Graduação: Mestrado em Matemática (FURG)	40h DE
Lauro Luis Borges Junior	Gestão Humana e Segurança do Trabalho	Graduação: Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais (UFPEL). Pós-Graduação: Mestrado em Ciências Sociais (UFPEL).	40h DE
Lilian Greice dos Santos Ortiz da Silveira	Comunicação e Expressão em Espanhol e Português	Graduação: Licenciatura em Letras - Inglês (UFPEL). Pós-Graduação: Doutorado em História da Literatura (FURG).	40h DE
Magda Santos dos Santos	Ciências Naturais e Exatas Aplicadas	Graduação: Bacharelado e Licenciatura em Química (UFPEL). Pós-Graduação: Doutorado - Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFPEL).	40h DE
Maria Elia Gonçalves Martins	Comunicação e Expressão em Espanhol e Português	Graduação: Letras - Português e Espanhol (Unipampa) Pós-Graduação: Mestrado - Ensino	Substituto

			de Línguas (Unipampa)	
Marilice Silveira	Bretanha	Ciências Naturais e Exatas Aplicadas	Graduação: Licenciatura em Química (Unipampa) Pós-Graduação: Doutorado - Química (UFPeI)	Substituto
Matheus Barbosa	Gomes	Materiais e Técnicas Construtivas I; Materiais e Técnicas Construtivas II; Mecânica dos Solos e Fundações; Gerenciamento e Orçamento; Projeto Final de Avaliação.	Graduação: Engenharia Civil (UCPeI) Pós-Graduação: Mestrado - Arquitetura e Urbanismo (UFPeI)	Substituto
Michele Silva	Santos da	Gestão Humana e Segurança do Trabalho	Graduação: Licenciatura em Filosofia (UFPEL) Pós-Graduação: Mestrado em Filosofia (PUCRS).	40h DE
Sandra Jaeckel	Teixeira	Ciências Naturais e Exatas Aplicadas	Graduação: Licenciatura em Física (UFPEL). Pós-Graduação: Doutorado em Aquisição, variação e Ensino (UFPEL).	40h DE
Sandro Souza	Cavalheiro	Gestão Humana e Segurança do Trabalho	Graduação: Licenciatura em geografia (UFPEL). Pós-Graduação: Especialização – Geografia do Brasil (UFPEL).	40h DE

13.2 – Pessoal Técnico-administrativo

Nome	Titulação / Universidade
Arides Silva Rodrigues	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública (Uninter)
Danilo Da Silva Dutra	Graduação: Licenciatura em Geografia (UFPeI). Pós-Graduação: Mestrado em Geografia (UFPeI)
Eliza Echevengúá Pereira da Silveira	Graduação: Licenciatura em Letras Português / Espanhol e

	suas respectivas Literaturas (Unipampa)
Helenice Silva de Souza	Graduação: Administração de Empresas (UCPEL)
Luize Correa Sosa	Graduação: Bacharelado em Direito (FURG)
Luize Pires Lena	Graduação: Pedagogia (UNOPAR) Pós-Graduação: Especialização em Orientação Educacional (Faculdade São Luiz)
Marcelo Felipe Saraiva Borba	Graduação: Tecnólogo em Tecnologia da informação (IFSUL).
Renata Eichholz Blaas	Graduação: Bacharelado em Administração (UFPEL).
Willian Ferreira Anana	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública (Faculdade Educacional da Lapa)

14 – INFRAESTRUTURA

A infraestrutura do curso técnico em Edificações atende aos requisitos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, oferecendo os recursos necessários para a formação dos estudantes. Conta com biblioteca atualizada, laboratório de informática com softwares específicos, além de laboratórios para ensaios de materiais, desenho, planejamento, simulação de obras, técnicas construtivas e topografia. Essa estrutura proporciona um ambiente adequado para o aprendizado e será detalhada nas subseções a seguir.

14.1 – Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e alunos

Identificação	Área-m ²
Sala de aula 1	48,5
Sala de aula 2	48,5
Sala de aula 3	48,5
Banheiro feminino 1	13,5
Banheiro feminino 2	13,5
Banheiro masculino 1	13,5
Banheiro masculino 2	13,5
Sala de professores	19,6
Laboratório de informática	35,5

14.2 – Infraestrutura e Acessibilidade

O Campus Jaguarão possui em sua infraestrutura as condições de acessibilidade de

atendimento para o recebimento de alunos portadores de necessidades especiais, observando os quesitos da legislação vigente, tais como as descritas a seguir:

- Piso tátil
- Rampas de acesso
- Banheiros adaptados masculinos e femininos

14.3 – Infraestrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso

Microcomputadores: 32 unidades

Tela de projeção: 1 unidade

14.4 – Laboratório de Informática

- Microcomputadores: 32 unidades.
- Projektor multimídia: 1 unidade Tela de projeção: 1 unidade.

14.5 – Biblioteca e Videoteca

- Microcomputador: 1 unidades.
- Acervo de livros e vídeos.

14.6 – Laboratório de Ciências

- Microcomputadores: 9 unidades.
- Estufa elétrica: 1 unidade.
- Microscópio óptico: 1 unidade.
- Capela exaustora: 1 unidade.

14.7 – Laboratório de Solos e Materiais de Construção

- Argamassadeira eletro-mecânica: 1 unidade.
- Estufa elétrica: 1 unidade.
- Prensa hidráulica: 1 unidade.
- Materiais diversos utilizados nas aulas das disciplinas de Materiais de Construção e Mecânica dos Solos e Fundações, tais como balança (2 unidades), mesa manual para índice de consistência de argamassa (1 unidade) e moldes cilíndricos para corpo de prova de concreto.

14.8 – Pavilhão de Práticas Construtivas

- Betoneira: 2 unidades (120 e 240 litros).

- Furadeira de impacto: 1 unidade.
- Serra de bancada: 2 unidades.
- Serra circular: 1 unidade.
- Serra-esquadria: 1 unidade.
- Serra-fita: 1 unidade.
- Materiais diversos utilizados nas aulas das disciplinas de Práticas Construtivas, Projeto e Práticas Hidrossanitárias e Projeto e Práticas Elétricas.